



EDUCAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO ESCOLAR: O Processo de construção do Intérprete de Libras

Maria José da Silva Apolinário

(UEPB/CAMPUS-IV) - mariaapolinario80@yahoo.com.br

Joana D´arc Dutra de Oliveira

(UEPB/CAMPUS-IV) - joana.dutra@hotmail.com.br

Joana Dark de Lima

(UEPB/CAMPUS-IV) - joanadarkdl@hotmail.com

Damiana Fernandes da Cunha

(UEPB/CAMPUS-IV) - liana2005@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel do intérprete de libras no ambiente escolar, como também ressaltar as filosofias educacionais para surdos, no intuito de destacar os pontos fortes e fracos dessas filosofias: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. Essas filosofias foram à base para a educação dos surdos ao longo da história, cujos fundamentos são usados até hoje na educação dos mesmos. O intérprete de LIBRAS é essencial para a educação do aluno surdo no contexto escolar, pois, esse profissional possibilita a comunicação entre o aluno surdo/professor/ouvintes no ambiente escolar. Hoje em dia, a lei garante que esses alunos surdos sejam educados em escolas regulares, uma vez que antigamente estes indivíduos não possuíam nenhum direito, e eram excluídos pela sociedade, pois, os surdos eram tidos como pessoas incapazes, e excluídas por seus próprios familiares, por terem vergonha de sua condição. Mas com o passar dos anos ganharam reconhecimento e espaço na sociedade, assim, buscamos discorrer em nosso trabalho, este processo de inclusão dos surdos no contexto social, ao qual estão inseridos, e para que isso ocorra é preciso uma longa e árdua luta por seus direitos, pois, ainda existem barreiras para serem derrubadas, e uma delas é a falta do intérprete de LIBRAS em sala de aula. Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, no intuito de conscientizar as pessoas de que a educação é fundamental no processo de produção, de crenças e ideias, qualificando os aprendizes no envolvimento de trocas de saberes, podendo, então, desenvolver uma interação social.

Palavras-chave: Intérprete de LIBRAS, Aluno surdo, Inclusão.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the interpreter's role in the school environment, but also highlight the educational philosophies for the deaf, in order to highlight the strengths and weaknesses of these philosophies: oralism, Total Communication and Bilingualism. These philosophies were the basis for the education of deaf people throughout history whose foundations are used today in educating them. The LIBRAS interpreter is essential for the education of deaf students in the school context, because this professional allows communication between the deaf student / teacher / listeners at school. Today, the law

ensures that these deaf students to be educated in regular schools, since once these individuals did not have any rights and were excluded by society, therefore, the deaf were seen as incapable, and excluded by their own families because they ashamed of their condition. But over the years gained recognition and space in society thus seek discuss in our work, this process of inclusion of the deaf in the social context to which they belong, and for this to happen a long and burning struggle is necessary for their rights, because there are still barriers to be torn down, and one of them is the lack of POUNDS interpreter in the classroom. This work it is a literature search in order to make people aware that education is essential in the production process, beliefs and ideas, qualifying apprentices in engaging knowledge exchange and can then develop a social interaction.

Keywords: POUNDS interpreter, deaf student, Inclusion.

INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a educação de surdos, apresentava apenas aspectos negativos, pois, desde a antiguidade os surdos eram tidos como pessoas castigadas por Deus, e por isso, abandonadas. A história começa a mudar, a partir do século XVI, quando tende notícia dos primeiros educadores de surdos, abrindo caminho para uma educação inclusiva que começa com conceitos e direitos das pessoas surdas no contexto escolar e social.

Neste sentido, buscamos discutir nesse trabalho as perspectivas das filosofias educacionais para os surdos nos ensinos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo na formação escolar desses indivíduos. Essa discussão tenta abordar os aspectos destas filosofias na educação dos surdos, uma vez que essas filosofias abrangem diferentes conceitos de ensino. A partir deste pressuposto que iremos construir nosso trabalho, e também destaca o papel do intérprete de LIBRAS, o qual foi essencial para a conquista de inclusão do aluno surdo em sala de aula.

O processo de inclusão dos alunos surdos avançou bastante nesses últimos anos, hoje, é possível vê a diferença, basta olhar para o lado. Há varias sinalizações nas ruas, prédios públicos e particulares, caixas eletrônicos, etc. Mudanças que ocorreram graças à luta de movimentos sociais e políticos que emergiram das organizações dos surdos que buscaram igualdade de direitos para os indivíduos surdos, cujo objetivo é inserir esses sujeitos na sociedade.

1. A EDUCAÇÃO DE SURDOS: Aspectos históricos

A educação de surdos chegou ao Brasil em 1855, com o professor surdo francês Hernet Huet, trazido pelo imperador D. Pedro II, para a educação de duas crianças surdas. Mas foi no século XVIII que ocorreu uma mudança favorável na educação dos surdos, pois neste período



acarretou um grande aumento de escolas para surdos, com isso, os surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos, e vindo a exercer várias profissões.

Goldfeld (2002) ressalta que devido aos avanços tecnológicos houve uma facilitação na aprendizagem da fala pelo surdo, em 1860, o método oral ganhou força com Alexander Graham Bell, um defensor do Oralismo na educação dos surdos, assim, o Oralismo venceu a votação no Congresso Internacional de Educadores de Surdos, passando a proibir o uso da língua de sinais.

Segundo Goldfeld (2002, p.33-34) o Oralismo se baseia na integração da criança surda na comunidade de ouvintes, pois estas condições favorece o desenvolvimento da língua oral. Esse conhecimento que a criança surda tem de garantir. A noção de linguagem, para vários profissionais dessa filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos. Para que a criança se comunique é necessário que ela possa oralizar.

Goldfeld (2002, p. 34) diz que “o Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva.” Ou seja, o oralismo visa fazer uma reabilitação dos surdos em direção à normalidade, a “não surdez”. Nessa tentativa de alcançar esses objetivos, a filosofia oralista usa diversas metodologias de oralização como: verbo-tonal, audifonatória, aural, acupédico, etc. Tentativas que se baseiam em pressupostos teóricos diferentes, pois essas metodologias acreditam que a língua oral é a única forma desejável de comunicação da pessoa surda, já que rejeitam qualquer tipo de gestualização, como por exemplo, as línguas de sinais.

No entanto, existe uma preocupação em relação à interferência das regras gramaticais, por parte dos profissionais oralistas, já que as crianças surdas não recebem com a mesma facilidade os estímulos auditivos como as crianças ouvintes, por isso necessitam de ajuda especializada. Neste sentido, a criança surda se submete a um processo de estímulos para compreender e oralizar gradativamente as regras gramaticais, e chegar a um bom domínio da língua portuguesa, no caso do Brasil.

De acordo com Goldfeld (2002, p.38) a filosofia da Comunicação Total se preocupa com “os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes.” Essa relação de comunicação que a Comunicação Total se prioriza entre os próprios surdos e ouvintes favorece a interação de ambos os grupos. Neste sentido, essa filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas também acredita que os aspectos cognitivos e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado



exclusivo da língua oral. Por essa razão, esta filosofia defende o uso de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação.

Segundo Goldfeld (2002, p.38) *apud* Ciccone (1990) fala que “os profissionais que seguem a Comunicação Total percebem os surdos de forma diferente dos oralistas: ele não é visto, apenas como um portador de uma patologia de ordem médica, que deveria ser eliminada”, mas ser tratada como uma pessoa, já a surdez deve ser tratada como uma marca que interfere nas relações sociais, no desenvolvimento afetivo e cognitivo desse indivíduo.

Conforme Freeman, Carbin, Boese (1999), a Comunicação Total é definida da seguinte maneira:

A Comunicação Total inclui todo o espectro dos modos lingüísticos: gestos criados pelas crianças, língua de sinais, fala, leitura oro-facial, alfabeto manual, leitura e escrita. A Comunicação Total incorpora o desenvolvimento de quaisquer restos de audição para a melhoria das habilidades de fala ou de leitura oro-facial, através de uso constante, por um longo período de tempo, de aparelhos auditivos individuais e/ou sistemas de alta fidelidade para amplificação em grupo. (FREEMAN, 1999, p.171)

A Comunicação Total acredita que somente o aprendizado da língua oralizável não assegura pleno desenvolvimento da criança surda. Neste sentido, Goldfeld (2002) *apud* Ciccone (1990) ressalta que muitas crianças que foram expostas sistematicamente a modalidade oral de uma língua, antes dos três anos de idade, consegue aprender esta língua de forma satisfatória, porém, no desenvolvimento cognitivo, social e emocional não foram tão bem-sucedidas. Cabendo a família decidir qual a forma de educação seu filho terá, e não ao profissional que lida com essa criança.

Goldfeld (2002) diz que uma das diferenças da Comunicação Total para as outras filosofias esta no fato de que a Comunicação Total defende a utilização de qualquer recurso lingüístico, ou seja, a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para facilitar a comunicação com outras pessoas.

Goldfeld (2002) fala que o Bilingüismo caracteriza da seguinte forma:

O bilingüismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngüe, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

Os autores ligados ao bilingüismo percebem o surdo de forma bastante diferentes dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilingüistas,



o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez. (GOLDFELD, 2002, p. 42)

A caracterização do bilinguismo é defendida por duas maneiras, a primeira ressalta que a criança surda deve adquirir a língua de sinais e a modalidade oral da língua dos pais, assim, à criança deverá, posteriormente, alfabetizada na língua oficial dos pais.

Goldfeld (2002) conclui que as três filosofias educacionais defendem diferentes aspectos em relação a aquisição da linguagem pela criança surda. Cujas visões em relação à linguagem e sua importância no desenvolvimento da criança são divergentes, ou seja, essas divergências não são expostas claramente pelas filosofias. Já que os estudos acerca da aquisição da linguagem pelos surdos não há um aprofundamento teórico sobre essa questão, o que vem prejudicando os estudos nesta área.

2. O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS: Aluno surdo/professor

É preciso reconhecer que a presença do intérprete de LIBRAS em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos escolares acessíveis para o aluno surdo. No entanto, esse objetivo do trabalho do intérprete no contexto escolar é exclusivamente sobre a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento nos conteúdos.

Neste sentido, a questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, e com sentido para o aluno surdo. Deste modo, o intérprete de LIBRAS participa das atividades escolares, no intuito de procurar dar acesso dos conhecimentos ao aluno surdo, e isso, se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação entre aluno surdo/professor/ouvintes em sala de aula.

Para Silva (2000, p. 97) “o outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em cheque nossa própria identidade. A questão da Identidade, da diferença e do outro é um problema social e ao mesmo tempo é um problema pedagógico e curricular”. Esse problema que Silva ressalta é um enclave na inclusão de alunos surdos no contexto escolar, pois, como já foi dito antes o intérprete serve somente de elo para a comunicação entre o aluno surdo/professor, nada mais.

A questão da inclusão não é algo que envolve apenas a surdez, mas se refere a uma reflexão mais ampla da sociedade, que busca formas de melhor se relacionar e integrar os sujeitos com necessidades especiais. Esse tema é bastante debatido atualmente, pois busca refletir sobre formas adequadas de convivência, ampliando os conhecimentos sobre a realidade cultural do outro, sem restrição ou exigência de adaptação às regras do grupo majoritário.



Para Gesser (2009) o intérprete tem uma importância fundamental nas interações entre surdos e ouvintes. Uma vez que os intérpretes têm contato com a língua de sinais a partir dos laços dos familiares e da convivência social com vizinhos e amigos surdos.

Gesser (2009, p.47) também observou “que a maioria dos intérpretes brasileiros tem desenvolvido sua proficiência e a habilidade de interpretar a partir, digamos de uma situação de “emergência” comunicativa na interação surdo/ ouvinte”.

Segundo Lacerda (2004) a relação do papel de intérprete de LIBRAS em sala de aula, deve assumir várias funções no contexto escolar como ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala, atuando como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno que o aproximam muito de um educador.

Para Quadros (2004) à ética e a atuação dos intérpretes educacionais em qualquer sala de aula, em que o professor é a figura que tem autoridade absoluta. Mas infelizmente a figura do interprete muitas vezes confunde os alunos, são dois “professores” a quem devem obedecer, deve-se deixar bem claro que o professor regente da disciplina é o responsável pela sala toda, inclusive os alunos surdos, e o intérprete é apenas um canal de comunicação que tem sua responsabilidade apenas com os alunos surdos. Os professores por falta de conhecimento delegam ao intérprete toda a responsabilidade desses alunos, e é comum ouvirmos “seus alunos” quando na realidade os surdos são nossos alunos, do professor e do intérprete.

Segundo Menezes (2006) o intérprete constitui um elemento de importância primordial na educação dos surdos, na esfera de classes regulares, pois um profissional que atua nesse âmbito deve ser devidamente capacitado para dominar a LIBRAS, proporcionando aos surdos receber informações escolares em língua de sinais, abrindo-lhes oportunidade para que possam construir competências e habilidades na leitura e na escrita, tornando-se, portanto, letrados.

Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolavelmente unidos e o intérprete educacional assume inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno. Isso é premente no ensino fundamental, onde se atendem crianças que estão entrando em contato com conteúdos novos e, muitas vezes, com a língua de sinais, mas deve estar presente também em níveis mais elevados de ensino, porque se trata de um trabalho com finalidade educacional que pretende alcançar a aprendizagem.



Essas considerações indicam a importância de se realizarem estudos direcionados para a inclusão de alunos surdos com inserção de intérpretes de LIBRAS em sala de aula, na tentativa de avaliar como este processo vem ocorrendo, e até mesmo avaliar os efeitos de tal processo nas séries iniciais de escolarização.

3. INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO: Reflexões

A questão das dificuldades de comunicação dos surdos é bastante conhecida na realidade brasileira, e este conhecimento não têm sido suficientes para propiciar que o aluno surdo, que frequente uma escola de ouvintes, seja acompanhado por um intérprete. Além disso, a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros.

Segundo Sousa (2015) a legislação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), dispõe com base no decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que os indivíduos surdos têm direitos legais na questão de utilização da língua de sinais e bem como a disposição de intérprete em sala de aula, mas salientando que o intérprete não substituirá o professor, ou seja, o intérprete serve apenas de elo comunicativo e facilitador da comunicação.

Sousa (2015, p.90) ainda discorre que esse decreto defende “os direitos linguísticos dos surdos, principalmente na lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, percebemos que para que haja, realmente, inclusão dos indivíduos surdos, é necessário que ela seja feita pela aceitação da LIBRAS como língua”, isto é, os surdos têm a LIBRAS como sua língua e sua identidade.

Sousa (2015) também salienta que a inclusão não deve ser feita unicamente a partir da presença do aluno surdo no espaço da instituição escolar, pois, é necessário que o mesmo esteja incluído no processo de aprendizado.

Segundo Mazzota (1996) a implementação da inclusão tem como pressuposto um modelo, no qual cada criança é essencial para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejáveis que os alunos surdos sejam inseridos em classes regulares, para que essa inclusão será possível, assim, possa haver uma obtenção de resultados satisfatórios em seu desempenho escolar e social.

Neste sentido, Botelho (1998) e Lacerda (2000) alertam para o fato de que o aluno surdo, frequentemente, não compartilha uma língua com seus colegas e professores, pois, esse



aluno está em desigualdade linguística na classe, essa falta de interação pode gerar um acesso negativo aos conhecimentos trabalhados em aula, como também, não problematizar ou contemplar os alunos surdos pelas práticas inclusivas.

Para Laplane (2004) os valores e princípios da educação inclusiva é aquele que essa educação seja capaz de promover instituições mais justas, como também reconhecer a importância de destacar as vantagens da educação inclusiva para os surdos no contexto escolar e social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discorre o resultado das análises e reflexões feita sobre o papel do intérprete de LIBRAS e, também acerca das filosofias educacionais para surdos, com isso, esperamos que este artigo haja uma compreensão necessária sobre o tema abordado. Estas análises não se constituem em um estudo completo, mais como um espaço de possibilidades, aberto a modificações a novas discussões e reflexões na busca de se conhecer as dificuldades enfrentadas pelas as pessoas com necessidades especiais.

Foi possível percebermos com a elaboração desse trabalho um grande avanço no processo de inclusão dos indivíduos surdos ou sujeitos com necessidades especiais na sociedade, cujo objetivo foi integrar e conscientizar o indivíduo no meio em que vive, de modo que ele possa ter uma noção das coisas ao seu redor, assim, possibilitando-o o direito de escolhas.

O trabalho da escola é fundamental para que esses alunos com necessidades especial desenvolvam uma relação no âmbito pessoal e social do mesmo na sociedade. A utilização de métodos didático adequados para alfabetizar esses alunos com o proposito de integrá-los no meio social, dando-lhes oportunidades de crescerem intelectualmente para que possam se reestruturar no mercado de trabalho, pois sem a educação isso não seria possível. Portanto, a escola possibilita a formação desses alunos a se integrarem para o mercado de trabalho, pois ela desenvolver junto à sociedade uma importante contribuição no crescimento desses sujeitos, a partir do momento que estes passam a frequentá-la.

REFERÊNCIAS:

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na interpretação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.



FREMAN, Roger D., CARBIN, Crifton F, BOESE, Roberto J. **Seu filho não escuta?** Um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceito em torno de língua de sinais e da realidade surda. SP: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 7ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, C.B.F. **A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes:** focalizando a organização do trabalho pedagógico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ANPED, 2000. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em: 2000.

LACERDA, Cristina B. F. de; POLETTI, Juliana E. **A Escola Inclusiva para Surdos:** a situação singular do intérprete de língua de sinais. FAPESP/ANPED, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2016.

LAPLANE, A.L.F. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos. **Libras (Língua Brasileira de Sinais) “Verbete”.** Dicionário da Educação Brasileira. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

MONACORDA, Mario Alignheiro. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1989.

NAPIER, J. University interpreting: linguistic issues for consideration. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education.** Oxford, v. 7, n. 4, p. 281-301, 2002.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SILVA, Tomaz. T. da. **A produção Social da identidade e da diferença.** In SILVA T. T. da (Org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, José Marcos Rosendo de. **Entre palavras e sinais:** letramento literário, surdez e inclusão. São Carlos: Pedro e João Editorares, 2015.